

ATA DA 030ª SESSÃO ESPECIAL DA  
1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA  
REALIZADA EM 24 DE SETEMBRO DE 2015, EM  
HOMENAGEM AO SENHOR PRESIDENTE DO STF, MINISTRO  
RICARDO LEWANDOWSKI  
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) -  
Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a  
presente sessão especial.

Convido o deputado Padre Pedro Baldissera para  
acompanhar as digníssimas autoridades que irão  
compor a mesa e que serão nominadas a seguir:

Excelentíssimo senhor presidente do Supremo  
Tribunal Federal, ministro Ricardo Lewandowski;

(Palmas)

Excelentíssimo senhor presidente do Superior  
Tribunal de Justiça, ministro Francisco Cândido de  
Melo Falcão Neto;

(Palmas)

Excelentíssimo senhor presidente do Tribunal  
de Justiça do Estado de Santa Catarina,  
desembargador Nelson Juliano Schaefer Martins;

(Palmas)

Excelentíssimo procurador-geral do estado,  
senhor João dos Passos Martins Neto, neste ato  
representando o excelentíssimo senhor governador  
do estado, João Raimundo Colombo;

(Palmas)

Excelentíssimo ministro do Superior Tribunal  
de Justiça, senhor Jorge Mussi;

(Palmas)

Senhor ex-ministro do Superior Tribunal de  
Justiça, no período de 1999 a 2009, Paulo Benjamin  
Fragoso Gallotti;

(Palmas)

Senhor ex-ministro do Superior Tribunal de  
Justiça, no período de 1990 a 2001, Hélio de Melo  
Mosimann;

(Palmas)

Excelentíssimo corregedor-geral de Justiça do  
Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina,  
desembargador Luiz César Medeiros;

(Palmas)

Excelentíssimo presidente da Ordem dos Advogados do Brasil - Santa Catarina, senhor Tullo Cavallazzi Filho.

(Palmas)

Esta sessão especial foi convocada para que, neste dia, possamos prestar uma homenagem ao presidente do Supremo Tribunal Federal que nos honra muito com sua presença em Santa Catarina e dignifica a Justiça brasileira com as suas ações. É um prazer ministro, recebê-lo nesta Casa!

A SRA. MESTRE-DE-CERIMÔNIAS (Soraia Boabaid) - A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina presta homenagem ao excelentíssimo sr. presidente do Tribunal Superior Federal, ministro Ricardo Lewandowski, em reconhecimento a sua meritória carreira, pelo exemplo de coerência, dignidade, grandeza e sabedoria com que atua na defesa da ética, da justiça e da cidadania, importante legado às gerações futuras, motivo de orgulho para o Brasil.

Registramos, neste momento, a presença das seguintes autoridades:

Excelentíssimo senhor deputado estadual Leonel Pavan, segundo-vice-presidente da Assembleia Legislativa;

Excelentíssimo senhor deputado estadual Valmir Comin, primeiro-secretário da Assembleia Legislativa;

Excelentíssimo senhor deputado estadual Padre Pedro Baldissera, segundo-secretário da Assembleia Legislativa;

Excelentíssima senhora deputada estadual Ana Paula Lima;

Excelentíssimo senhor deputado estadual Antônio Aguiar;

Excelentíssimo senhor deputado estadual Cesar Valduga;

Excelentíssima senhora deputada estadual Dirce Heiderscheidt, terceira-secretária da Assembleia Legislativa;

Excelentíssimo senhor deputado estadual Dirceu Dresch;

Excelentíssimo senhor deputado estadual Fernando Coruja;

Excelentíssimo senhor deputado estadual Gean Loureiro;

Excelentíssimo senhor deputado estadual Ismael dos Santos;

Excelentíssima senhora deputada estadual Luciane Carminatti;

Excelentíssimo senhor deputado estadual Luiz Fernando Vampiro;

Excelentíssimo senhor deputado estadual Manoel Mota;

Excelentíssimo senhor deputado estadual Marcos Vieira;

Excelentíssimo senhor deputado estadual Natalino Lázare;

Excelentíssimo senhor deputado estadual Neodi Saretta;

Excelentíssimo senhor deputado estadual Ricardo Guidi;

Excelentíssimo senhor deputado estadual Silvio Dreveck;

Excelentíssimo senhor deputado estadual Dr. Vicente Caropreso;

Excelentíssimo senhor deputado estadual Serafim Venzon;

Excelentíssimo senhor Fernando Marcelo Mendes, presidente da Associação dos Juizes Federais de São Paulo e Mato Grosso do Sul, Ajufesp;

Excelentíssimo senhor Nino Toldo, desembargador federal do Tribunal Federal da 3ª Região;

Excelentíssimo senhor Getúlio Corrêa, desembargador do Tribunal de Justiça de Santa Catarina;

Excelentíssimo senhor Edemar Gruber, desembargador do Tribunal de Justiça de Santa Catarina;

Excelentíssimo senhor José Isaac Pilati, vice-presidente da Academia de Letras Jurídicas;

Excelentíssimo senhor Ricardo Roesler, desembargador do Tribunal de Justiça de Santa Catarina;

Excelentíssima senhora Salete Silva Sommariva, desembargadora do Tribunal de Justiça de Santa Catarina;

Excelentíssimo senhor Sérgio Antônio Rizelo, desembargador do Tribunal de Justiça de Santa Catarina;

Excelentíssimo senhor Tiago Martins, neste ato representando o senhor presidente da Fecomércio, Bruno Breithaupt;

Convido, neste momento, o excelentíssimo sr. presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, deputado Gelson Merisio, para fazer a concessão da Comenda do Legislativo Catarinense ao excelentíssimo sr. presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Ricardo Lewandowski.

A Comenda do Legislativo Catarinense foi instituída no dia 04 de setembro de 2008, com o objetivo de homenagear pessoas físicas, jurídicas e outras entidades que no campo de suas atividades realizam ações relevantes e de destaque no estado.

(Procede-se à entrega da medalha e da comenda.)

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - A medalha e a comenda ora entregues ao ministro presidente do Supremo Tribunal Federal é a nossa maior homenagem desta Casa Legislativa e é concedida, ministro, pelos 40 deputados, todos aqui presentes ou representados.

Inicialmente, concedo a palavra ao ministro Ricardo Lewandowski para as suas considerações.

O SR. MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI - Bom-dia a todos!

Permito-me cumprimentar inicialmente o excelentíssimo sr. presidente da Assembleia Legislativa deste grande e operoso estado de Santa Catarina, deputado estadual Gelson Merisio;

Colega e também competente magistrado, presidente do Superior Tribunal de Justiça e do Conselho da Justiça Federal, ministro Francisco Falcão em cujo nome cumprimento todos os ministros daquele tribunal aqui presentes;

Sr. corregedor-geral da Justiça Federal e diretor do Centro de Estudos Judiciários do Conselho da Justiça Federal, ministro Jorge Mussi, que nos auxiliou, juntamente com o ministro

Francisco Falcão, a celebrarmos um convênio com a Justiça Federal, na data de ontem, para implantarmos, neste ramo especializado da justiça, as audiências de custódia;

Ministro Paulo Benjamin Fragoso Gallotti, ministro de sempre do STJ, que foi presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros, e tive a honra de ser o seu vice-presidente, à época;

Ministro Hélio Mosimann, ministro de sempre, do STJ, meu antigo colega e amigo;

Dr. João dos Passos Martins Neto, procurador-geral do estado representando o governo do estado de Santa Catarina;

Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, desembargador Nelson Juliano Schaefer Martins, que com mãos firmes conduz o Poder Judiciário deste ente federativo;

Diretor do Foro da Seção Judiciária de Santa Catarina, o juiz federal Jairo Gilberto Schäfer;

Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, seccional de Santa Catarina, dr. Tullo Cavallazzi;

Membro palhocense da Academia de Letras e vice-presidente da Academia Catarinense de Letras, professor dr. José Isaac Pilati, a quem agradeço os livros que generosamente me outorgou;

Colegas de trabalho aqui presentes, srs. deputados, srs. magistrados, advogados, jornalistas, minhas senhoras e meus senhores.

Eu estou extremamente honrado, sinto-me muito prestigiado por receber o mais alto galardão das honradas mãos do presidente deste egrégio sodalício.

Como sempre digo, sr. presidente, srs. deputados, minhas senhoras e meus senhores, recebo este galardão, esta homenagem, não em caráter pessoal, mas sempre entendo que, na qualidade de chefe do Poder Judiciário, esta homenagem é dirigida ao Poder que eu represento, que hoje, tenho a mais absoluta convicção, garante a estabilidade das instituições republicanas e dá sustentação última ao estado democrático de direito, previsto em nossa Constituição de 1988.

Nós somos um Poder, sr. presidente, que atuamos anonimamente em todo o país, 17 mil

juizes, sem alarde, sem publicidade, sem propaganda, sem vaidades pessoais, garantindo a paz social nos mais distintos rincões deste verdadeiro estado nacional de caráter continental, multicultural, multiétnico, multirreligioso. São juizes estaduais, juizes federais, juizes trabalhistas, juizes eleitorais, juizes militares, que todos os dias, sem que ninguém saiba, resolvem os problemas que lhes são afetos, problemas de natureza familiar, comercial, fundiário, problemas, enfim, das mais diversas naturezas, trabalhistas, e neste passo, garantem a harmonia da sociedade brasileira.

É um pequeno exército espalhado por todo o país, mas que sem alarde garante, sem dúvida nenhuma, a coesão deste enorme país, como disse, de natureza continental. Mas nós somos, srs. deputados, sras. deputadas, um Poder que se renova a cada momento, que numa sociedade dinâmica como o Brasil se vê assolado com um enorme número de demandas, de processos, de conflitos. Segundo o último levantamento, hoje montam a quase 70 milhões de processos em tramitação para um pequeno número de juizes. É claro que isso não poderá ser resolvido tudo judicialmente, com a espada de Themis intervindo em todos os conflitos, é preciso que a própria sociedade, e isso é que faz com que a democracia seja pulsante, participe também da solução das suas próprias controvérsias.

Então, o judiciário brasileiro hoje está investindo bastante em formas alternativas de solução de litígios como a conciliação, a mediação, a arbitragem. Nós estamos informatizando o processo judicial em todo o país de maneira uniforme, única. Até o ano de 2020 teremos um único processo em todo o país de norte a sul, de leste a oeste.

Nós estamos também inovando no que diz respeito às audiências de custódia, fazendo valer um dispositivo de vários tratados internacionais que se repetem, aos quais o Brasil aderiu voluntariamente e que foi incorporado por meio da ratificação no Congresso Nacional ao ordenamento jurídico brasileiro, que são as audiências de

custódia, que constitui naquela obrigação que tem o estado de apresentar qualquer cidadão preso no prazo máximo de 24 horas a um juiz, para que ele possa decidir se o réu vai responder o processo em liberdade, mediante condições, ou se vai responder o processo criminal preso. É um grande avanço civilizatório, um avanço do ponto de vista humanitário, porquanto, o cidadão brasileiro tem o direito de realmente confrontar-se com o juiz logo após a sua prisão.

Nós temos, como disse ontem, uma chaga no Brasil, cerca de 600 mil presos, dos quais 240 mil, quase 40%, são presos provisórios, em flagrante ofensa ao princípio constitucional da presunção de inocência. E nós, então, mediante as audiências de custódia implantadas já no Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, com muito sucesso, e agora também na Justiça Federal em todo o Brasil, vamos obter uma grande economia para os cofres públicos, deixando de prender aqueles que não representam perigo para a sociedade, que podem ser recuperados para o convívio social, sendo nos 20 estados que já implantamos tivemos uma média de 50% de concessões e de liberdade provisória.

Nós esperamos que dentro de um ano nós deixemos de prender cerca de 120 mil pessoas, ou seja, pessoas que representam, cada qual, um custo de R\$ 3 mil para os cofres públicos, que multiplicados por 12, faremos uma economia de R\$ 4,3 bilhões que poderão ser investidos em serviços públicos, em saúde, educação, transporte etc. Nós da Justiça entendemos que, antes de qualquer coisa, temos que garantir os direitos e garantias fundamentais que a Carta Magna de 1988 assegura a todos os cidadãos. Com isso, não estaremos aumento a insegurança, aumentando a criminalidade, longe disso, mas abrindo espaço para aqueles que devem ser segregados do convívio social porquanto representam um perigo para a sociedade.

Com isso, quero dizer que o Judiciário é um Poder vivo, é um Poder dinâmico, que oferece alternativa e que honra o Brasil. Mas, sr. presidente, não quero fazer apenas encômios ao Poder Judiciário, quero dizer também que nós

juizes temos um enorme respeito pelos políticos brasileiros, sobretudo pelo Parlamento, pois sem Parlamento, sem Legislativo, não há democracia.

(Palmas)

O Parlamento é uma das mais antigas instituições do mundo, nasceu no Século V, na Grécia Antiga, quando o Parlamento era o conjunto de cidadãos que se reuniam nas praças públicas. E apesar das mudanças históricas, mudanças sociais, das revoluções, das guerras, o Parlamento, qual fênix das cinzas, sempre reviveu, e renasceu junto com o Parlamento a democracia. São duas instituições que constituem um binômio absolutamente indissociável. Aqui se reúnem os representantes do povo que parlamentam. Parlamentar vem de *parler* do francês, *parlare* do italiano, que significa diálogo, conversa, debate, controvérsia sadia. Assim é que a democracia avança.

Todos nós sabemos que vivemos hoje, não apenas no Brasil, mas no mundo todo, uma grave crise econômica e também política, basta olharmos o que acontece no Oriente Médio, no Leste Europeu, no sul da África, no norte da África, com o problema dos imigrantes, que acorrem em massa para a Europa em busca de uma vida futura melhor. O que está ocorrendo, mesmo na América Latina, é um clima extremamente conflituoso, conturbado, que não queremos que venha para o nosso querido Brasil.

Haveremos de superar essa crise. E como faremos isso? Faremos com um Parlamento vivo, dinâmico, com diálogo, conversa. É assim que funciona a democracia! Mais do que isso, superaremos essa crise com a velha fórmula de Montesquieu: harmonia entre os Poderes. Os poderes devem ser independentes, porém harmônicos, porque se não for assim viveremos uma situação de inconstitucionalidade.

Queria parabenizar a Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina e os demais Poderes por essa situação que já pude verificar pessoalmente nas vezes em que tive a honra, o prazer e a satisfação de vir a este poderoso e operoso estado, como já disse, que aqui reina, não apenas

a independência entre os Poderes, mas também a harmonia. São velhas fórmulas que vêm desde o século XVIII, mas que ainda não foram superadas. Ainda que a nossa Constituição tenha promovido um avanço no sentido de acrescentar a democracia representativa à democracia participativa, que é aquela em que se permite que o povo em determinadas situações participe diretamente da gestão da coisa pública, estou absolutamente convencido, sr. presidente, srs. deputados, que não há como substituir o Poder Legislativo, que é integrado por representantes diretamente eleitos pelo povo, porque essa é a verdadeira seiva da democracia.

Tenho certeza de que com o fortalecimento do Legislativo e o aperfeiçoamento cada vez maior da integração entre os três Poderes da República e deste estado federativo, haveremos de construir cada vez mais a sociedade livre, fraterna, solidária que todos desejamos.

Muito obrigado pela homenagem!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Prezado ministro, o prefeito de Florianópolis, Cesar Souza Júnior, estava em uma inauguração e acabou de chegar. Muito embora esteja no encerramento da solenidade, convido-o para sentar à mesa dos trabalhos.

(Palmas)

Prezados presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Ricardo Lewandowski; presidente do Superior Tribunal de Justiça, ministro Cândido Falcão Neto; presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Nelson Schaefer Martins; procurador João dos Passos; querido amigo e ministro Jorge Mussi; ministro Paulo Gallotti; ministro Hélio Mosimann; desembargador Luiz César Medeiros; prefeito Cesar Souza Júnior.

Esta iniciativa que partiu de todos os srs. deputados, como v.exa. bem disse em suas palavras, tinha dois objetivos. Primeiramente, prestar-lhe uma homenagem pessoal pela postura serena, independente, com que está conduzindo a Suprema

Corte neste momento tão difícil por que passa a vida pública brasileira. Também tem o segundo grande objetivo de homenagear a Justiça brasileira e de referendar as suas decisões à compreensão unânime dos pares que aqui estão.

Nós temos, hoje, deputados de todos os partidos, de todas as correntes, de todos os pensamentos e ideologias, que querem somar forças junto com o nosso Tribunal de Justiça, com o Ministério Público Estadual para que possamos, a partir também de Santa Catarina, levarmos energias a v.exas., ao presidente Falcão, do STJ; aos ministros do STJ, especialmente os nossos ministros de Santa Catarina, aqui representados pelo ministro Jorge Mussi, que também não está presente, mas é nosso ministro, com muita honra; também o ministro Marco Buzzi. Santa Catarina tem um histórico de grandes presenças na corte do Tribunal de Justiça, do STJ, como o nosso querido Hélio Mosimann e também Paulo Gallotti, sempre procurando levar o jeito de Santa Catarina, a nossa forma, o nosso modo de agir e de pensar.

Nós temos aqui, ministro, um estado pequeno, um estado politizado, um estado muito crítico, mas muito afeito à reação dos momentos de crise, afeito a reações, às intempéries do tempo. Foi assim em Blumenau quando tivemos as enchentes. Recentemente, no oeste com os tornados, é assim com a nossa situação econômica, quando demoramos mais para assimilá-la, mas reagimos muito antes para nos recuperarmos. Com esse vigor do estado de Santa Catarina queremos estar sempre juntos e presentes com o país, especialmente no processo judiciário. A nossa Casa Legislativa tem a compreensão que muitas das demandas sociais que muitas vezes são cobradas da Justiça, seja pela morosidade das suas decisões ou pelo tempo que leva, temos a compreensão clara de que os responsáveis finais não são os juízes, tampouco os ministros ou os desembargadores, são sim os legisladores, que somos nós, que somos incapazes de encontrarmos modernidade nos processos, redução dos graus de recursos, que são baseados em leis que nós aprovamos. Por isso, a Mesa da Casa propôs

e está em discussão a proposta da súmula vinculante para Santa Catarina, não como intromissão ao Poder Judiciário, de forma alguma, pelo contrário, mas apenas para demonstrar, de forma muito clara, a nossa disposição para o debate, para a construção de uma legislação que possa ser aplicada na plenitude pelos tribunais e que possamos juntos encontrar caminhos nessa nova realidade que se apresenta, da nova relação social que se tem, onde as pessoas são muito mais bem informadas, muito mais politizadas, portanto, muito mais aptas a terem as suas opiniões e exigirem respostas também mais rápidas.

Quero, por fim, dizer, ministro Francisco Cândido de Melo Falcão Neto, que v.exa. é uma pessoa que tem o carinho do povo catarinense e tenho certeza de que já esteve conosco outras vezes e voltará tantas outras vezes aqui, porque para nós é um orgulho muito grande poder receber no mesmo dia o presidente do Supremo Tribunal Federal e o presidente do nosso Superior Tribunal de Justiça. Sejam bem-vindos!

A homenagem que prestamos ao ministro Ricardo Lewandowski se estende também ao STJ, à Justiça brasileira. Tenho certeza de que Deus vai-nos dar ainda muita energia e muita força para juntos construirmos um estado melhor, um Brasil melhor e um povo um pouco mais feliz.

Muito obrigado!

(Palmas)

A Presidência encerra a presente sessão convocando outra, especial, às 19h, em homenagem a Biguaçu - Resgate Histórico do Legislativo e do Executivo Biguaçuense.

Está encerrada a presente sessão.